

DECÁLOGO DA AMAZÔNIA

Lúcio Flávio Pinto



A Amazônia não é “a solução para os problemas brasileiros”. Para ser solução de alguma coisa, a Amazônia precisa ser melhor conhecida. Apenas um quarto dos seres vivos que nela existem foram identificados até agora e precariamente classificados. Não se sabendo exatamente com quais recursos naturais se conta, não se pode saber como usá-los produtivamente. O uso inteligente da Amazônia exige um amplo esforço humano de revelação e invenção. O que o governo tem investido — em dinheiro, tempo e gente — nessa tarefa é irrisório. A “maior aventura humana depois da corrida espacial”, como chegou a ser saudada a expansão da fronteira amazônica, envolve recursos mínimos. O máximo gasto foi apropriado por um pequeno grupo de empresários, beneficiados pelo mais oneroso subsídio da história do capitalismo. Fora desse circuito de pronto-socorro do capital, a Amazônia vive na indigência. Assim, antes de mais nada, a Amazônia precisa ser revelada e “inventada” para ser solução para ela mesma, para o país e, no que for possível, para o mundo.



A Amazônia não pode continuar a ser considerada um resíduo do país. Como não se descongestiona a explosiva concentração fundiária do Brasil, inventou-se a colonização para fazer drenos demográficos do Nordeste, Centro-Sul e do Sul rumo à região, disseminando o mal ao invés de isolá-lo e tratá-lo. Em 1970, a Amazônia era desenhada como a Canaã agrária, a fronteira de terras disponíveis a todos os candidatos a proprietários. Hoje, sua concentração fundiária, nas áreas que interessam ao capital, é mais grave do que nas regiões para as quais ela deveria ser o sucedâneo. A população triplicou em duas décadas, mas grande parte dos migrantes não conseguiu penetrar nas bolhas de riqueza em que se transformaram os grandes projetos de exportação, ligados a portos de embarque no litoral por caminhos monopolistas (como a ferrovia de Carajás), tudo isolado e asséptico — ao menos na intenção — para tentar escapar à ameoba de miséria e devastação que se amplia velozmente. A Amazônia é “vendida” pelo marketing e a política como o “locus” ideal para os problemas irresolvidos do Brasil. É logo imaginada como a lixeira para o césio de Goiânia, mal apareceu este problema. Ou a colônia de onde se obtém energia para multiplicar os ganhos na metrópole.



A Amazônia (ainda) não é o Brasil. Não o foi durante os dois séculos de dominação colonial portuguesa. Continuou não sendo Brasil durante o Império. A exploração da borracha, durante cinquenta anos de exclusivismo produtivo na região, resultou em excedentes reaplicados externamente a ela. Quando chegou a integrar essa vasta fronteira ao seu território, o Brasil chegou à Amazônia com verdades prontas e acabadas, com “vocações” adrede estabelecidas, a colônia moldada pela viseira do colonizador. Ele a imagina como um “vazio demográfico”, um “anecúmeno”. Árvores e índios não garantem a soberania (primeiro) e a segurança (em seguida) nacionais. A geopolítica, madras-ta ideológica da Amazônia, imaginou a sempiterna cobiça internacional, alimentada pela explosão demográfica de alguns países e sua limitação territorial. Preparou o aparelho de Estado para enfrentar nações imperialistas. Deixou a porta escancarada para as corporações econômicas privadas. Onde havia selva, rios, animais, índios e caboclos, precisava haver pastagens, campos de cultivo (de produtos exportáveis, de preferência), fábricas, cidades, estradas, hidrelétricas: tudo o que tivesse valor, transformado pelo trabalho — e sobretudo pelo capital — do homem. O mundo fora dessa moldura, embora sendo exatamente o mundo amazônico, não conta.



Sem água e floresta não há Amazônia. O “modelo” de ocupação (melhor entendida não através do paralelismo com a “corrida ao Oeste” nos Estados Unidos, mas pensando na ocupação da Indochina ou da Índia pelos europeus) considera a floresta um estorvo. Qualquer novo ocupante da região, do colono e sua família à multinacional (a diferença é apenas em escala), só cria benfeitoria se derrubar a floresta. Não interessa apurar o valor do que ele está destruindo ou calcular o balanço da troca entre o que ele põe abaixo e o que vai criar: floresta é estorvo. Sem floresta, a água diminui, seu ciclo se desequilibra, a Amazônia se descaracteriza e se empobrece. O produto de um complexo processo de acomodação da natureza, que levou milhares de séculos para se acomodar, é descartado. A cada dois anos se desmata mais do que em três séculos e meio anteriores. E nem se sabe para quê.

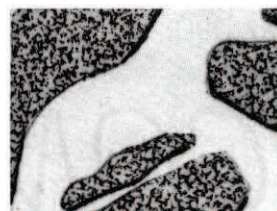


Nenhuma região brasileira sente mais firmemente a presença do Estado como a Amazônia, nem agora, nem antes. Brasília é incapaz de entender a Amazônia. Ela cria organismos para cumprir suas ordens, que apenas transitam pela capital federal. As ordens vêm de longe e dispensam a compreensão de uma região que é única no planeta, representando “um clímax no desenvolvimento dos seres vivos”, como ensina — inutilmente — um alemão que nela passou dezessete anos e a ela dedicou sua inteligência: Harald Sioli. O Estado é o avalista desse saque, o capitão-do-mato dessas novas entradas e bandeiras (cujo heroísmo tão decantado tem agora o contraponto da percepção mais recente de suas barbaridades). O Estado vem impor situações, dar ordens, agindo como uma instância metropolitana — e sem o despotismo esclarecido pelo qual a elite brasileira sempre espera, como o Godot de Beckett.



O Estado deve acabar com os subsídios doidivasas, o combustível da irracionalidade que marca a história recente da Amazônia. Fala-se em “custo amazônico” pensando-se apenas nas contas do investidor particular, sempre perturbadas por artifícios contábeis, como o caixa dois. O custo social amazônico é ignorado. Se o subsídio não poupasse tanto o capital de risco, a velocidade do saque não seria assustadora como é.

É necessário desviar a atividade econômica das terras altas, de solos fracos e floresta exuberante, para as várzeas da calha do Amazonas e de alguns de seus tributários mais afortunados. O “salto” econômico, com o qual planificadores travestidos pensavam jogar a Amazônia na contemporaneidade, criou um vácuo. Os nativos caíram nele. Os forâneos se beneficiaram para sugar as riquezas da região, especialmente sua energia. É preciso recompor esse buraco para que a região, com seus habitantes, seu saber específico, sua história, tenham vez nesse projeto. As terras altas, hoje cruzadas por rodovias, pipocadas por garimpos, perfuradas por minas, devastadas por fazendas, devem ser melhor estudadas. O alvo prioritário devem ser as várzeas, palco de dois terços da história do colonizador na Amazônia.



É preciso cortar as veias de drenagem migratória para a Amazônia. Com essas taxas de crescimento, a região não se salvará — nem será revelada e muito menos inventada. O corte não pode ser feito como pensavam os sátrapas do “milagre econômico”, bruxos dessa alquimia e vítimas dela, criando portei-ras à entrada das ilhas de fantasia dos grandes projetos ou das estradas usadas pelos deserdados da terra, atraídos pelas trompas do perverso Moisés do Inca na era transamazônica. A solução virá permitindo que brasileiros se fixem e progridam em suas próprias áreas, aquelas que melhor conhecem, e só migrem por espontânea vontade, não como ciganos compulsórios. A Amazônia deve ser a terra da chegada, não o canal inevitável da expulsão.



A Amazônia precisa de um ritmo mais modulado. Por que destruir a maior nação indígena do país, a dos Yanomami, para extrair de suas terras ouro que alimentará o tráfico de drogas (mais do que compensando a política do “porrete” que os Estados Unidos estão adotando num combate cego às quadrilhas) e cassiterita que enriquecerá absurdamente a resistência das latas de cerveja e refrigerante que, depois, jogaremos no lixo? A Amazônia não está ameaçada por nenhuma nação estrangeira. O espaço da natureza, entendido pelo nativo, que a ele se adaptou, não é um espaço ocioso e vago, exposto à imaginária co-biça estrangeira. Para se saciar, ela não precisa exercer-se na surdina. Basta cumprir a lei, que é permissiva.



Educação e ciência são investimentos vitais na Amazônia, mais do que em qualquer outra região do país ou do planeta. As políticas governamentais para esses setores vão atrasar irremediavelmente nossa capacidade de perceber, entender e dominar (no bom sentido) a região. É possível que outros países cheguem a esse domínio mais cedo. Em alguns setores até já chegaram. O mais certo, porém, é que ninguém chegue a tempo de impedir o que a ciência tem sido na região: instrumento de constatação dos problemas criados, do saque praticado, um martirológico sem fim. Iluminar os caminhos e orientar o homem transformou-se em utopia de naufrago sem o direito sequer de sonhar com a salvação.

